



**INSS**

*Seguridade Social e Direito Previdenciário*

## **SEGURIDADE SOCIAL E DIREITO PREVIDENCIÁRIO**

QUESTÕES.....	1
GABARITO .....	117
QUESTÕES COMENTADAS .....	120

**SUMÁRIO**



### 1. CEBRASPE (CESPE) - 2022

Amanda, servidora pública civil efetiva do Poder Executivo federal desde 2018, ocupante do cargo de analista de uma agência reguladora, foi acometida por doença incapacitante em maio de 2021.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item que se segue, de acordo com a Emenda Constitucional n.º 103/2019.

Se, depois de concedida a aposentadoria, Amanda falecer e deixar como dependente esposo e três filhos menores, o valor da pensão por morte será equivalente a 80% do valor dos proventos recebidos pela segurada falecida.

- CERTO  
 ERRADO

### 2. CEBRASPE (CESPE) - 2022

Com relação às alterações promovidas pela Emenda Constitucional n.º 103/2019, julgue o item seguinte.

Desde a publicação da Emenda Constitucional n.º 103/2019, é vedada a acumulação de mais de uma pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro, no âmbito do mesmo regime de previdência social, mesmo que se trate de pensões do mesmo instituidor decorrentes do exercício de cargos acumuláveis.

- CERTO  
 ERRADO

### 3. CEBRASPE (CESPE) - 2022

Com relação às alterações promovidas pela Emenda Constitucional n.º 103/2019, julgue o item seguinte.

Ressalvadas as hipóteses de aposentadorias especiais, enquanto pendente a edição de lei federal, os servidores públicos civis ocupantes de cargos efetivos poderão aposentar-se voluntariamente depois de completarem 65 anos de idade, no caso dos homens, ou 62 anos de idade, no caso das mulheres, desde que tenham contribuído por, pelo menos, 25 anos e cumprido o tempo mínimo de 10 anos de efetivo exercício no serviço público e de 5 anos no cargo efetivo que ocupar quando da concessão da aposentadoria.

- CERTO  
 ERRADO

### 4. CEBRASPE (CESPE) - 2022

A respeito das inovações trazidas pela Emenda Constitucional (EC) n.º 103/2019, julgue o item a seguir.

Os proventos de aposentadoria e as pensões estão limitados à remuneração do respectivo servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

- CERTO  
 ERRADO